

A Retórica Ideológica e a Reforma Universitária

Sérgio Cardoso*

* Professor de Ética e Filosofia Política – FFLCH-USP

A ideologia quase sempre esbraveja, pois suas “verdades”, dissimuladas sob grandes princípios, brilham melhor na sua vociferação contra os “absurdos” dos outros. O oponente é sempre burro, de má fé ou ingênuo; recusa todas as evidências que sustentam o acordo dos homens de bom senso e boa vontade. Assim, nas discussões sobre a Reforma Universitária, não é difícil distinguir críticas e argumentos, propostos ao debate, daquelas retóricas rompantes, nitidamente ideológicas, que visam a atacá-la e desmoralizá-la, apresentando o projeto do Governo como liminarmente inaceitável e mesmo ilegítimo.

Observemos as diferentes motivações desta rejeição e desqualificação quase sumária das propostas apresentadas. De um lado, para uma parte da esquerda, a recusa se impõe em razão da procedência mesma do projeto: nada bom pode vir de um Governo considerado subserviente aos interesses do capital e traidor das esperanças transformadoras do povo. Seu caráter de classe estaria irremediavelmente determinado por sua rendição ao neoliberalismo (taxa de juros, superávit primário, etc) e pela operação de desmantelamento dos direitos sociais (reforma da previdência, reforma sindical, etc).

Já de outro lado, à direita, a prevenção e a recusa parecem se desencadear em vista da própria matéria do projeto: a busca de marcos regulatórios de interesse público para todo o sistema da educação superior, pública e privada. Nesta matéria, tudo lhes parece soar, de antemão, a “intervencionismo” e “tutela”; pois, têm as iniciativas do Estado nesta esfera por quase desnecessárias: as instituições públicas poderiam ser conduzidas por suas lideranças acadêmicas e as privadas, por seus empreendedores, como qualquer atividade de mer-

cado. Assim, aqui, a retórica é a do anacronismo das motivações “político-ideológicas” das propostas: “renovação do soviétismo”; “império das corporações sobre a universidade”; “preconceito e hostilidade em relação à esfera privada”; “populismo” e “revolucionarismo”, obscurantistas e ultrapassados (“O PT das trevas mostra sua face”). A ideologia não teme as contradições e menos ainda, como se vê, as extravagâncias de linguagem. Mas há ainda a retórica da suspeita: “o texto não permite antever claramente o projeto de universidade proposto”; “pode gerar efeitos comprometedores da qualidade da formação”; “é irrealista” (“não se sabe de onde vai sair tanto dinheiro”); ou apresenta “viés assistencialista”, “ranço ideológico” e “inconstitucionalidades”. Estes objetores, de modo geral, ficariam satisfeitos se não houvesse mudança alguma. Afinal, a Lei de Diretrizes e Bases já regularia completamente todos esses assuntos “em não mais que 14 artigos”. Ou, por que insistir numa reforma da educação superior que viria “à contramão dos notáveis avanços aí observados nos últimos 10 anos”?

Procura-se, enfim, desqualificar o Projeto (que tem, certamente, pontos discutíveis) forjando-se uma unanimidade de crítica que está longe de ser verdadeira – a começar pela controvérsia sobre os “notáveis avanços” produzidos pela política psdbista na última década. Como sabemos, não faltaram, à esquerda, razões para considerá-la um programa de “desmanche das universidades públicas”: “proliferação desenfreada” de escolas privadas (pela ausência de controles eficientes para inibir os empreendimentos caça-níqueis) e verdadeiros “estelionatos educacionais” – caso recente dos cursos de Direito – praticados contra a população de baixa renda. No que se refere às universidades públicas, resultados igualmente desastrosos: diminuição drástica das verbas de custeio e salários; degradação dos equipamentos e das condições de ensino; introdução de uma ideologia destrutiva de competição intra-acadêmica (em nome da excelência e do mérito); manipulação, e mesmo monopólio, das verbas de pesquisa por grupos; privatização dos “serviços” acadêmicos (multiplicação das “fundações de apoio” para suplementação dos recursos orçamentários ou mesmo para benefícios privados).

Os pontos que suscitam mais polêmica nas propostas do Governo são aqueles relativos à articulação do interesse público com os empreendimentos privados e aquele relativo às inovações introduzidas nas formas de gestão, em todo o sistema. Quanto ao primeiro ponto, à esquerda, se exige a imediata universalização do ensino superior público (bastaria, se diz, uma parcela irrisória dos juros da dívida pública para financiá-la) e frequentemente se confessa um explícito fundamentalismo anti-ensino privado. À direita, procura-se enfatizar a obrigação do Estado em relação à educação básica, deixando-se a superior – vista quase exclusivamente como profissionalizante – mais permeável aos mecanismos do mercado (seja mediante iniciativas empresariais, seja pela introdução nas universidades públicas do ensino pago). Nesta questão, o Governo parece ter uma posição bastante clara: reconhece a legitimidade e mesmo a necessidade do ensino privado, entendendo, porém, ser necessário reequilibrar o sistema — passar dos 30% atuais das vagas públicas para 60% —, tendo em vista as condições sociais do país, o papel da educação superior na formação da cidadania e o interesse público no desempenho das universidades. Propõe-se também a exercer efetivamente seu papel regulador e fiscalizador das instituições privadas. Se a educação se define como bem público, deve estar sujeita a controles sociais diversos daquele dos produtos do mercado.

Quanto às formas de gestão das universidades, a aguardada efetivação de sua autonomia institucional, financeira e acadêmica, exige a contrapartida, entende o Governo, de uma efetiva “responsabilidade social” – ironizada pela direita. As atividades de ensino e pesquisa são evidentemente livres, mas não podem ser desenraizadas e descomprometidas com seu entorno social. A exigência dos Planos (quinqüenais) de Desenvolvimento Institucional e os Conselhos Comunitários Sociais (definidos pelas próprias instituições) visam a dar instrumentos para a realização desta contrapartida, criar canais de interlocução e estabelecer parâmetros públicos de avaliação do desempenho das universidades. As críticas liberais temem aqui a politização da vida acadêmica, que viria comprometer a eficiência administrativa, a liberdade de ensino e

pesquisa e as necessárias acomodações à realidade do mercado. Parecem acreditar que estes traços seriam melhor preservados pelos acordos entre grupos acadêmicos e os interesses políticos dos Governos ou pelos interesses das mantenedoras, no caso das privadas. Já para as críticas de esquerda, o Projeto não parece assegurar suficientemente procedimentos internos de gestão democrática, capazes de neutralizar a ação de grupo de interesse e as inevitáveis cristalizações burocráticas. Reivindicam orçamentos participativos, maior transparência, maior influência das camadas mais jovens e dinâmicas nas decisões institucionais.

A diversidade das concepções e interesses em causa não permite pensar em soluções consensuais e, menos ainda, em unanimidade. No entanto, a histeria defensiva e a desqualificação das propostas a que temos assistido agridem os costumes democráticos. O caminho necessário é o dos entendimentos políticos: ouvir as razões dos oponentes e buscar acordos pontuais nas matérias mais controversas. O fundamental é que se desarme a retórica do enfrentamento que obstrui o espaço da convivência política. ■